



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 23/08/2022

Chagas  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

GESIVILDO IRIK  
para relatar

Em 25/08/2022

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

HP  
Antônio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL

Projeto introduzido para CCT, pelo  
criador. 30/08/22  
Marcelina Lima  
Secretária da Comissão de Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER DO RELATOR DEPUTADO HENRIQUE PIRES A MENSAGEM Nº 66/GG - PROJETO DE LEI Nº 39, DE 12 DE AGOSTO DE 2022. DE AUTORIA DA NOBRE GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ.**

***EMENTA: Autoriza a Convocação para o Exame de Saúde do Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2021, que visa o ingresso em Curso de Formação de Soldados PM, da Polícia Militar do Estado do Piauí, para provimento no cargo de Praça PM, na forma que especifica.***

**I. RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do arts. 132, 133 e seguintes e 137 do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30 e 34, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

O Presente PROJETO DE LEI de autoria da Nobre Governadora do Estado do Piauí, através da MSG GG nº 66/2022, tem como objetivo autorizar a **Convocação para o Exame de Saúde do Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2021, que visa o ingresso em Curso de Formação de Soldados PM, da Polícia Militar do Estado do Piauí, para provimento no cargo de Praça PM, na forma que especifica.**

Apresenta como justificativa o fato de que tal Projeto de Lei visa “autorizar a convocação para o Exame de Saúde do Concurso Público dos candidatos que, já tendo ultrapassado a fase classificatória do certame, atendam simultaneamente aos dois requisitos previstos no próprio Edital: primeiro, o candidato deve ter obtido, na prova objetiva, pontuação que tenha lhe propiciado a correção de sua prova escrita dissertativa, nos termos do Quadro 3 do subitem 10.7 do Edital nº 002/2021; segundo, na correção da prova escrita dissertativa, o candidato deve ter obtido a pontuação mínima exigida prevista no quadro 2 do subitem 10.2 do Edital.”

Assim os candidatos que atenderem a tais requisitos simultaneamente serão convocados para a próxima fase relativa ao exame de saúde e como tal fase possui caráter eliminatório e não classificatória, a permanência de tais candidatos no certame não propiciará disputa entre os participantes, nem afetará a ordem de classificação e

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

os candidatos que se posicionarem além do número de vagas ofertadas no edital, e desde que sejam considerados aptos nas demais fases eliminatórias do certame, passarão a integrar o cadastro de reserva, sem possibilidade de disputa com os candidatos já convocados para as referidas fases do concurso.

Seguindo o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a proposição seguiu para análise desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ressalte-se que, trata-se de pré-projeto bem elaborado e consoante às normas hierarquicamente superiores, bem como os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito. Ao aprofundar o exame da proposição, pontuo que a matéria é de extrema relevância e necessária.

Eis o relatório.

### II. VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 62, IV do Regimento Interno da Casa. Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos artigos 59, 61, 137 e 139 do Regimento Interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

O referido projeto visa o objetivo de autorizar a convocação para o Exame de Saúde do Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2021, os candidatos cuja prova escrita dissertativa tenha sido corrigida e que tenha atingido pontuação mínima exigida e, somente serão convocados os candidatos para realizar a etapa seguinte (Exame de Aptidão Física), os candidatos aptos no Exame de Saúde (Médico e odontológico).

Ainda visa como objetivo tal projeto de lei, que os candidatos posicionados após vagas oferecidas, passarão a integrar o cadastro de reserva, mas para tal, devem ter obtido pontuação igual ou superior a 60% (48 pontos) do total de pontos da Prova Escrita Objetiva, 50% do total de pontos de cada Matéria, no mínimo 12 (doze) pontos da Prova Escrita Dissertativa, sejam considerados APTOS na 2ª Etapa (Exame de Saúde), na 3ª Etapa (Aptidão Física), na 4ª Etapa (Avaliação Psicológica e na 5ª (Investigação Social).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A função Legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "b" e art. 105, III, do Regimento Interno, bem como no Art. 75 e seus parágrafos da Constituição Estadual.

Ao se verificar o exame da proposição verifico que, este projeto de Lei não encontra óbice quanto as matérias privativas constantes no Art. 22 da CF/88.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei.

Dessa forma, a propositura, pelo menos prematuramente, não apresenta vícios constitucionais ou impeditivos legais que justifiquem seu não prosseguimento no presente momento.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, **manifesto-me favoravelmente à aprovação da MENSAGEM Nº 66/GG - PROJETO DE LEI Nº 39, DE 12 DE AGOSTO DE 2022.**

### III. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

(X) Aprovação.

( ) Rejeição.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 30 de 08 de 2022.

DEP. HENRIQUE PIRES

RELATOR

Av. Marechal Castelo Branco, 201, Cabral, Teresina  
Sala de Reunião das Comissões Técnicas

